



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

21/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Renda em queda: duas de cada três campanhas salariais têm índice abaixo da inflação

Dois terços das campanhas salariais de categorias com data-base em agosto tiveram reajuste abaixo da inflação acumulada (INPC-IBGE). Foram 66,3% com perdas, ante 16,8% em igual período do ano passado. Os dados foram compilados pelo Dieese, com base em informações do Ministério do Trabalho. A inflação crescente piora um cenário que já era ruim com a crise econômica e a pandemia.

Agosto tem o pior resultado de 2021, em um ano que registrou acordos abaixo do INPC em seis de oito meses. As informações referem-se a negociações concluídas até o início de setembro. Categorias como metalúrgicos e químicos, em São Paulo, recentemente fecharam acordo com o INPC integral. Os bancários, que fazem campanha nacional, firmaram em 2020 acordo coletivo com validade de dois anos. Os trabalhadores nos Correios, que têm data-base em agosto, estão com dissídio em julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Dos acordos fechados até agora relativos a agosto, apenas 8,8% das campanhas salariais chegaram a reajuste acima do INPC. Outros 25% ficaram com índice equivalente ao da inflação, que segue sendo um “inimigo” das negociações. O Dieese lembra que o INPC de 0,88% em agosto representou “o maior percentual de reajuste necessário para uma data-base” desde fevereiro de 2016.

A taxa mantém trajetória de crescimento, somando 10,42% em 12 meses. Há um ano, esse mesmo índice acumulado era de 2,94%. Em setembro, com nova alta, o INPC chegou a 10,78%, enquanto a inflação oficial (IPCA) também atingiu os dois dígitos (10,25%).

No acumulado de janeiro a agosto, o resultado também é ruim. Quase metade dos reajustes (48,5%) ficou abaixo do INPC. Um terço (33,2%) equivale ao índice oficial e apenas 18,2% ficam acima. A variação real média dos reajustes salariais mostra perda: -0,71%.

No recorte por setor econômico, o de serviços tem 61,2% de acordos (de um total de 3.686) perdendo para a inflação. A indústria (2.814) tem 35,7% e o comércio (1.164), 32,1%. O maior percentual de reajustes acima do INPC é do setor industrial (24,7%).

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 21 de outubro.

Trabalhador com acesso gratuito à Justiça não deve pagar honorários, decide STF

Permaneceu apenas a cobrança do pagamento das custas processuais em caso de arquivamento injustificado por ausência em audiência.

Com esta votação, o Supremo conclui a apreciação da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.766, que discutiu a constitucionalidade de dispositivos da Lei 13.467/17 relativos ao acesso de pessoas pobres à Justiça do Trabalho e à responsabilidade pelo pagamento dos custos do processo.

Trata-se, pois, de questão controvertida e específica, que é a efetividade do benefício da justiça gratuita ante os limites impostos pela Reforma Trabalhista”.

Esta é mais uma da série de ações que questionam a Reforma Trabalhista, sancionada pelo governo de Michel Temer e é uma perda para os defensores das modificações feitas em 2017.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 21 de outubro.

Com furo do teto de gastos, crescimento do PIB em 2022 pode cair a zero, calcula Rio Bravo

O crescimento econômico no ano que vem pode ficar entre zero e 0,5% caso se materialize o rompimento do teto de gastos, disse o economista João Leal, da gestora Rio Bravo, apontando um cenário em que a atividade seria pressionada por uma taxa de juros acima de 10%.

"Se houver uma piora fiscal considerável, com rompimento do teto de gastos, o juro é de dois dígitos, como foi na crise de 2014/2015/2016. (...) Confirmando-se esse cenário, a gente estará falando de crescimento bem abaixo de 1,5%, que a é nossa previsão; estaríamos falando de algo entre zero e 0,5%", disse o economista.

"Pelos últimos eventos, percebemos que o governo já não está mais assim tão comprometido com a agenda de reformas. (...) Isso demonstra claramente que está mais preocupado com 2022 e com a tentativa de agradar ao Congresso com emendas parlamentares."

Os mercados experimentaram forte estresse na terça-feira, repercutindo a possibilidade de parte do novo Bolsa Família ser financiada com recursos fora do teto de gastos. O Ibovespa desabou mais de 3%, o dólar superou R\$ 5,61, e os juros futuros dispararam mais de 50 pontos-base.

"O governo quer abrir 30 bilhões (de reais) em espaço fora do teto. É muito maior do que esses 30 bilhões, a gente sabe que não vai parar aí", desabafou o economista.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de outubro.

Produção de comida per capita sobe no país, mas fome avança mesmo na fartura

A fome está na foto de pessoas catando ossos em uma caçamba e na estatística: não era tanta pelo menos desde 2004. No entanto, a produção da agropecuária aumentou praticamente sem parar desde então. O produto das lavouras e da pecuária cresceu mais do que a população; há mais matéria-prima de comida por cabeça ou boca, mesmo se descontada a quantidade destinada a exportações.

No caso de alguns produtos, a quantidade disponível por brasileiro é ao menos a mesma registrada em torno de 2013, período de fome mínima.

Esse paradoxo parece fácil de explicar, ao menos no que diz respeito a quantidades. Desde 2014, a pobreza aumenta. Há quem argumente que, ainda que a conjuntura dura pese muito, o predomínio econômico e político do agronegócio sustenta a estrutura que causa também a fome.

Neste século, aumentou no Brasil a produção per capita de soja, milho, trigo, de carne de boi, porco e frango, por exemplo, segundo contas feitas com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No caso de arroz e feijão, a produção per capita diminuiu um pouco, mas a quantidade disponível para consumo doméstico é quase a mesma dos anos de fome mínima. A disponibilidade interna (produção mais importação menos exportação) de carne de frango e de porco é ligeiramente maior do que nos anos de maior segurança alimentar (próximos de 2013); a de carne de boi era a mesma até 2019, e menor em 2020.

A "insegurança alimentar" moderada e grave —fome ou quase isso— atingia 21,5% da população em 2004, foi a 10,3% em 2013, voltou a aumentar e chegou a 20,5% em 2020. É maior no meio rural, no Norte e no Nordeste.

Para piorar, o surto inflacionário é o terceiro maior do século; a carestia de alimentos, a maior desde 2003. A inflação mundial de alimentos em 30 anos só não é maior do que em meses de 2008 e 2011, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

Nem sempre a carestia mundial e a brasileira coincidem: problemas climáticos e o preço do dólar podem piorar a situação aqui, como agora.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de outubro.